ANEXO II - AUTODECLARAÇÃO
(imprimir frente e verso obrigatoriamente)

Eu, _____,
(nome completo)

RG nº. _____, expedida em ____/____/_____ pela(o) _____,
(órgão emissor)

CPF nº. _____, declaro para fins de matrícula em curso de graduação da UFGD, ofertados pelo PSV-UFGD/2021 ou SiSU-UFGD/2021, na modalidade de reserva de vagas para egressos de escola pública com renda familiar per capita menor ou igual a um e meio salários mínimos, que me enquadro na condição de:

( ) Estudante;

( ) Servidor Público Estatutário ou ocupante de cargo em comissão em órgão público;

( ) Trabalhador assalariado, com contrato regido pela CLT;

( ) Profissional Autônomo ou Profissional Liberal;

( ) Trabalhador Informal;

( ) Agricultor, pecuarista, parceiro, arrendatário rural, sitiante e pescador;

( ) Empresário, microempresário, microempreendedor individual e comerciante;

( ) Aposentado e pensionista;

( ) Menor aprendiz;

( ) Estagiário;

( ) Desempregado ou do lar.

( ) Sim ( ) Não	Recebo aluguel proveniente de imóvel(is) localizado(s) em …… ……, no valor total de R$ …….. ao mês.
( ) Sim ( ) Não	Recebo arrendamento proveniente de imóvel(is) localizado(s) em …… ……, no valor total de R$ …….. ao mês.
( ) Sim ( ) Não	Recebo qualquer benefício pago pela Previdência Social, pública ou privada, a título de…… no valor total de R$ …… por mês.
( ) Sim ( ) Não	Exerço trabalho(s) esporádico(s) ou qualquer outra atividade remunerada e recebo o valor médio de R$ …… por mês.
( ) Sim ( ) Não	Recebo a título de pensão alimentícia para mim e/ou para meu(s) filho(s)/filha(s) o valor total de R$ …… por mês.
( ) Sim ( ) Não	Exerço trabalho(s) informal como ……... e recebo o valor médio de R$ …… por mês.
( ) Sim ( ) Não	Recebo, além do que foi acima declarado, benefícios, receitas e/ou quaisquer outros rendimentos. Quais?

Declaro serem verdadeiras as informações acima, sob pena de responder pelo crime tipificado no art. 299 do Código Penal[1].

_____, _____, de _____ de 202 ___.
(Local e data)

_____
Assinatura

[1] Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.
Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.